

REVOGADO



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RESOLUÇÃO N. 5, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006 (\*)

Dispõe sobre a atualização cadastral dos ministros e servidores aposentados e dos pensionistas do Superior Tribunal de Justiça.

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e o decidido pelo Conselho de Administração em 27 de novembro de 2006, no processo administrativo STJ 5726/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1º Os ministros e servidores aposentados e os pensionistas do Superior Tribunal de Justiça procederão à atualização cadastral na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º A atualização do cadastral será realizada anualmente, mediante comparecimento à Secretaria de Gestão de Pessoas: em março para os pensionistas e em setembro para os aposentados.

§ 1º As informações deverão ser prestadas com clareza e fidelidade, sob as penas da lei.

§ 2º O titular deve preencher e assinar ficha cadastral, em formulário próprio, e apresentar a documentação requerida.

§ 3º Ministro aposentado e pensionista de ministro podem efetuar a atualização via postal, mediante encaminhamento, à Assessoria de Atendimento aos Ministros, de ficha cadastral preenchida e assinada.

§ 4º Os demais aposentados e pensionistas que residem fora do Distrito Federal também podem proceder à atualização via postal, mediante encaminhamento de ficha cadastral preenchida e assinada.

Art. 3º Nos casos de moléstia grave, ausência ou impossibilidade de locomoção, devidamente comprovados, será admitida a atualização cadastral mediante procuração específica, por instrumento público, que terá validade máxima de doze meses, vedado o substabelecimento.

Parágrafo único. Não será admitida a utilização da mesma procuração em mais de um período de recadastramento.

Art. 4º A atualização cadastral é condição básica para a continuidade do recebimento do provento ou pensão.

§ 1º O aposentado ou pensionista que não atender à convocação no prazo fixado será reconvocado nos trinta dias seguintes, após os quais, persistindo a pendência, terá o pagamento suspenso pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º Quando for atendida a atualização cadastral pelo próprio ou por seu representante legal, será restabelecido o pagamento sem qualquer acréscimo de atualização monetária ou de mora.



**BDJur**  
<http://bdjur.stj.gov.br>

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 15 dez. 2006.

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 5 jan. 2007. (republicação)

REVOGADO

Art. 5º A Secretaria de Gestão de Pessoas e a Assessoria de Atendimento aos Ministros deverão elaborar relatório a cada cadastramento.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro BARROS MONTEIRO

(\*) Republicado por ter saído com incorreção no Boletim de Serviço de 15 de dezembro de 2006.